



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC 02.322/17**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidos Municipais de Campina Grande**, concedendo Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais ao *Sr. Jeses Andrade*, Vigia, Matrícula: 2318, lotado na Procuradoria Geral do Município, que contava, à época do ato, com 36 anos, 5 meses e 28 dias, idade de 59 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 02.322/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado: **Jeses Andrade**

Órgão: *Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande PB*

Gestor Responsável: Antônio Hermano de Oliveira

Procurador/Patrono:

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC 1.063 /2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 02.322/17** referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais ao **Sr. Jeses Andrade**, Vigia, Matrícula: 2318, lotado na Procuradoria Geral do Município, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 10 de maio de 2018.**

Assinado 15 de Maio de 2018 às 09:21



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 11 de Maio de 2018 às 10:28



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 11 de Maio de 2018 às 17:37



**Bradson Tibério Luna Camelo**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO